Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

doi.org/10.51891/rease.v12i11.31437

PERFIL DAS NOTIFICAÇÕES DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM MONTES CLAROS – MG (2020–2025)

PROFILE OF NOTIFICATIONS REGARDING FEMALE VICTIMS OF SEXUAL VIOLENCE IN MONTES CLAROS, MG (2020–2025)

PERFIL DE LAS NOTIFICACIONES DE MUJERES VÍCTIMAS DE VIOLENCIA SEXUAL EN MONTES CLAROS, MINAS GERAIS (2020–2025)

Ana Luiza Fernandes da Conceição[1]
Brigda Chamone Guedes Balbino[2]
Danielle Duarte Silva Rocha Maia[3]
Gustavo Gomes Lopes[4]
Marcela Souza Soares de Queiroz[5]
Thaisa de Almeida Pinheiro[6]
Flávio Figueiredo[7]

RESUMO: A violência sexual contra mulheres e meninas constitui grave problema de saúde pública e violação de direitos humanos, com repercussões físicas, psicológicas e sociais. Este estudo teve como objetivo analisar o perfil das notificações de violência sexual envolvendo pessoas do sexo feminino em Montes Claros, Minas Gerais, entre 2020 e 2025. Trata-se de estudo quantitativo, descritivo, exploratório, documental e retrospectivo, realizado com dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponibilizados pelo DATASUS. Foram analisadas 995 notificações, considerando distribuição temporal, faixa etária, raça/cor, escolaridade, local de ocorrência, repetição da violência, lesão autoprovocada, ciclo de vida do provável autor e vínculo com a vítima. Os registros aumentaram de 135 em 2020 para 206 em 2025, crescimento de 52,59%. A faixa de 10 a 14 anos concentrou 311 notificações (31,26%), e 75,28% dos registros corresponderam a pessoas com menos de 20 anos. Vítimas pardas representaram 57,49%; a residência foi o local mais frequente (56,78%); e 30,35% dos registros indicaram violência de repetição. Amigos ou conhecidos foram a categoria de vínculo mais assinalada (29,45%). A proporção de campos ignorados ou em branco limitou a interpretação de algumas variáveis. Os achados reforçam a necessidade de qualificar as notificações, fortalecer a rede intersetorial de proteção e promover acolhimento integral e humanizado.

Palavras-chave: Violência sexual. Saúde da mulher. SINAN.

[1] Acadêmica - Afya centro universitário Montes Claros.
[2] Acadêmica.
[3] Acadêmica.
[4] Acadêmica.
[5] Acadêmica.
[6] Professor Orientador.
[7] Coordenador.

ABSTRACT: A Sexual violence against women and girls is a major public health problem and a violation of human rights, with physical, psychological, and social consequences. This study aimed to analyze notifications of sexual violence involving females in Montes Claros, Minas Gerais, Brazil, from 2020 to 2025. This was a quantitative, descriptive, exploratory, documentary, and retrospective study using secondary data from the Notifiable Diseases Information System (SINAN), available through DATASUS. A total of 995 notifications were analyzed according to year, age group, race/skin color, education, place of occurrence, repeated violence, self-inflicted injury, life cycle of the suspected perpetrator, and relationship to the victim. Notifications increased from 135 in 2020 to 206 in 2025, a 52.59% increase. The 10–14-year age group accounted for 311 notifications (31.26%), and 75.28% involved individuals under 20 years of age. Brown-skinned victims represented 57.49%; the residence was the most frequently reported location (56.78%); and 30.35% of records indicated repeated violence. Friends or acquaintances were the most frequently reported relationship category (29.45%). Missing or unknown information limited the interpretation of some variables. The findings highlight the need to improve notification quality, strengthen intersectoral protection networks, and provide comprehensive, humane care.

Keywords: Sexual violence. Women's health. SINAN.

RESUMEN: La violencia sexual contra mujeres y niñas constituye un grave problema de salud pública y una violación de los derechos humanos, con repercusiones físicas, psicológicas y sociales. Este estudio tuvo como objetivo analizar el perfil de las notificaciones de violencia sexual que afectaron a personas de sexo femenino en Montes Claros, Minas Gerais, entre 2020 y 2025. Se trata de un estudio cuantitativo, descriptivo, exploratorio, documental y retrospectivo, realizado con datos secundarios del Sistema de Información de Enfermedades de Notificación Obligatoria (SINAN), facilitados por DATASUS. Se analizaron 995 notificaciones, considerando la distribución temporal, el grupo de edad, la raza/color, el nivel educativo, el lugar del suceso, la repetición de la violencia, las lesiones autoinfligidas, el ciclo vital del presunto agresor y el vínculo con la víctima. Los registros aumentaron de 135 en 2020 a 206 en 2025, lo que representa un crecimiento del 52,59%. El grupo de edad de 10 a 14 años concentró 311 notificaciones (31,26%), y el 75,28% de los registros correspondieron a personas menores de 20 años. Las víctimas mestizas (*pardas*) representaron el 57,49%; el domicilio fue el lugar más frecuente (56,78%); y el 30,35% de los registros indicaron violencia recurrente. Los amigos o conocidos constituyeron la categoría de vínculo más señalada (29,45%). La proporción de campos omitidos o en blanco limitó la interpretación de algunas variables. Los hallazgos refuerzan la necesidad de mejorar la calidad de las notificaciones, fortalecer la red intersectorial de protección y promover una atención integral y humanizada.

Palabras clave: Violencia sexual. Salud de la mujer. SINAN.

INTRODUÇÃO

A violência sexual constitui uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública, com consequências que podem se estender para além das lesões físicas imediatas. Entre os possíveis impactos estão sofrimento psíquico, gravidez não planejada, infecções sexualmente transmissíveis, isolamento social e prejuízos à vida familiar, escolar e profissional.

A magnitude do problema exige ações integradas de prevenção, vigilância, assistência e proteção social (BEZERRA JF, et al., 2018; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2024).

No Brasil, os registros de estupro e estupro de vulnerável permanecem elevados, embora os números administrativos não representem necessariamente a totalidade dos episódios ocorridos, em razão da subnotificação e das barreiras para buscar ajuda. Medo, vergonha, ameaças, dependência em relação ao agressor e dificuldades de acesso aos serviços podem interferir na denúncia e no atendimento. Por isso, a análise de notificações em saúde é relevante para compreender os casos que chegam aos serviços e orientar políticas públicas (BARROS AJS, et al., 2022; VASCONCELOS NM, et al., 2024; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

A legislação brasileira prevê atendimento emergencial, integral e multidisciplinar às pessoas em situação de violência sexual. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o cuidado deve envolver acolhimento, avaliação clínica, medidas de prevenção de gravidez e infecções, notificação compulsória, apoio psicossocial e encaminhamento para acompanhamento. A resposta adequada depende da articulação entre os serviços de saúde e os demais componentes da rede de proteção (BRASIL, 2003; BRASIL, 2013; MELO AB, et al., 2024).

Na vigilância epidemiológica, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) permite acompanhar características das ocorrências notificadas. A análise de variáveis como idade, raça/cor, escolaridade, local da violência, repetição e vínculo com o provável autor pode contribuir para identificar grupos que demandam atenção específica. Entretanto, a interpretação precisa considerar a qualidade dos registros, a presença de campos ignorados e o fato de que notificações não equivalem necessariamente a indivíduos únicos (BRASIL, 2026; PINTO IV, et al., 2023).

A atuação farmacêutica também integra a resposta em saúde. Farmacêuticos e equipes de farmácias podem contribuir para o acolhimento inicial, a orientação segura e o encaminhamento oportuno, respeitando sigilo, autonomia e limites profissionais. Essa atuação não substitui os serviços especializados, mas pode favorecer o acesso à rede de apoio e à informação sobre direitos (VIEIRA ÁSA, et al., 2026).

Diante desse contexto, este estudo teve como objetivo analisar o perfil das notificações de violência sexual envolvendo pessoas do sexo feminino no município de Montes Claros, Minas Gerais, no período de 2020 a 2025, considerando características sociodemográficas e circunstâncias registradas no SINAN.

MÉTODOS

Trata-se de estudo quantitativo, descritivo, exploratório, documental e retrospectivo, desenvolvido a partir de dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, disponibilizados pela plataforma TABNET/DATASUS. O recorte espacial foi o município de Montes Claros, Minas Gerais, e o período compreendeu os anos de 2020 a 2025. (BRASIL, 2026)

A unidade de análise foi a notificação registrada no sistema, e não necessariamente a pessoa individualmente, uma vez que uma mesma vítima pode aparecer em mais de um registro ao longo do período. Foram considerados registros referentes ao sexo feminino, notificados em Montes Claros, com indicação de violência sexual. A variável sexo foi utilizada conforme a classificação disponibilizada pelo banco de dados.

Foram examinadas as variáveis ano e mês de notificação, faixa etária, raça/cor, escolaridade, local de ocorrência, violência de repetição, lesão autoprovocada, ciclo de vida do provável autor da agressão e vínculo entre vítima e provável autor. As categorias ignorado e em branco foram mantidas quando presentes, por constituírem informação relevante sobre a completude dos dados.

Os dados foram organizados e analisados por estatística descritiva, mediante frequências absolutas e relativas. Os percentuais apresentados referem-se ao total de 995 notificações, salvo quando indicado que as categorias de vínculo poderiam ser assinaladas de forma independente. Nessa variável, os registros não devem ser interpretados como categorias mutuamente exclusivas.

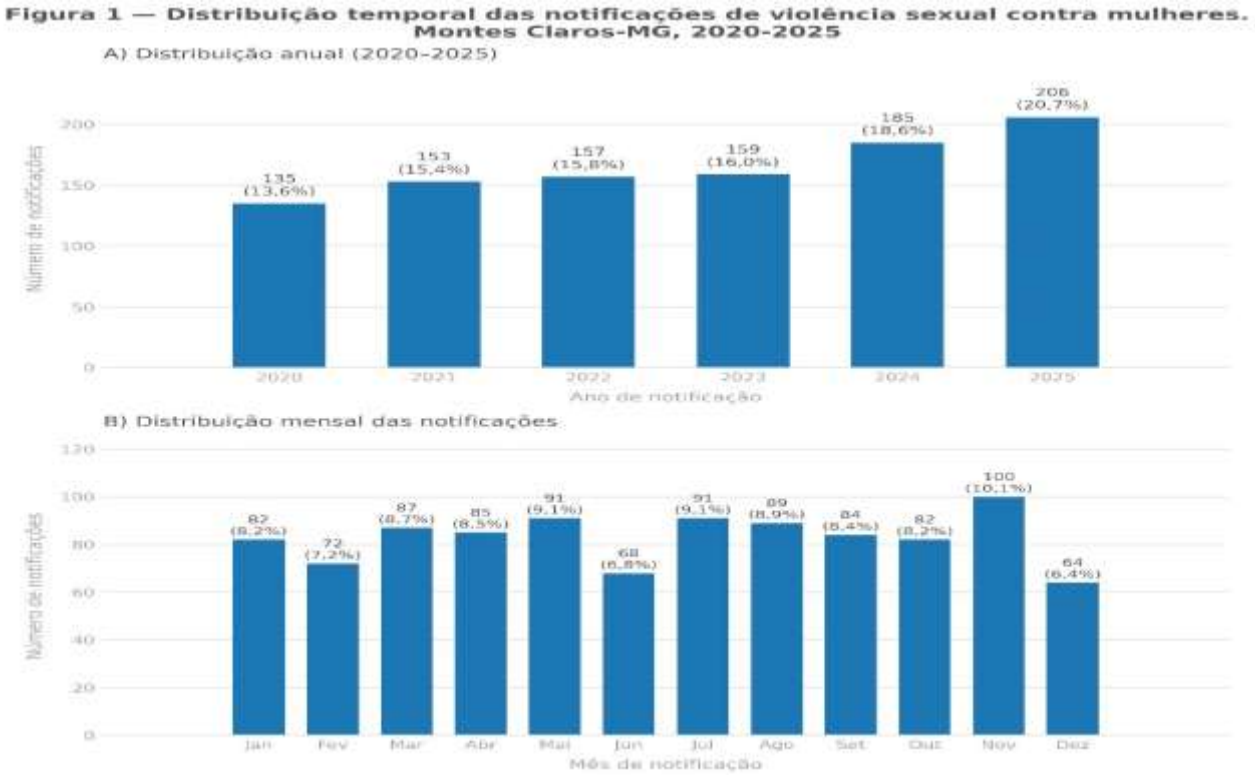
Por utilizar dados secundários agregados e de acesso público, sem identificação nominal das vítimas e sem contato direto com participantes, o estudo não envolveu entrevistas, questionários ou intervenções. Foram considerados os princípios de confidencialidade, privacidade e uso responsável das informações. Os dados de 2025 podem estar sujeitos a atualização pelo sistema, o que deve ser levado em conta na interpretação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foram analisadas 995 notificações de violência sexual envolvendo pessoas do sexo feminino no município de Montes Claros, Minas Gerais, registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no período de 2020 a 2025. Foram consideradas variáveis relacionadas à distribuição temporal das notificações, às características sociodemográficas das

vítimas, às circunstâncias da ocorrência e às características do provável autor da agressão. Os resultados foram organizados em quatro figuras compostas, agrupando variáveis relacionadas para facilitar a apresentação e a interpretação dos dados.

Gráfico 1 – Distribuição das notificações de violência sexual contra mulheres por ano e mês de notificação. Montes Claros-MG, 2020-2025



Fonte: Ministério da Saúde/SVSA – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net.

A distribuição anual das notificações evidenciou crescimento do número de registros ao longo do período analisado (Figura 1A). Em 2020, foram registradas 135 notificações, correspondentes a 13,57% do total. Em 2021, foram identificados 153 registros (15,38%); em 2022, 157 (15,78%); em 2023, 159 (15,98%); em 2024, 185 (18,59%); e, em 2025, 206 notificações (20,70%). O menor quantitativo foi observado em 2020, enquanto o maior ocorreu em 2025. Entre o primeiro e o último ano da série, houve aumento de 52,59% no número de notificações, passando de 135 para 206 registros.

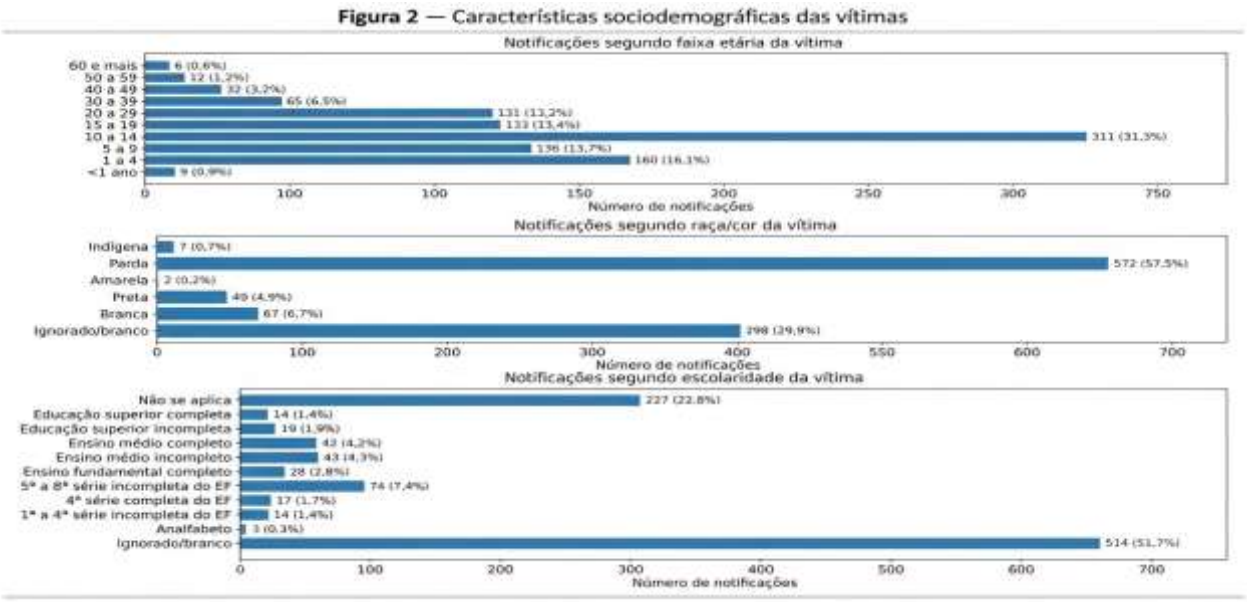
O crescimento dos registros ao longo da série evidencia a importância do monitoramento da violência sexual no município. Entretanto, esse aumento não deve ser interpretado automaticamente como crescimento proporcional da ocorrência real da violência. A quantidade de notificações também pode ser influenciada pela identificação dos casos, pelo acesso aos serviços de saúde, pela procura por atendimento e pela qualidade dos procedimentos de registro.

Assim, os dados permitem demonstrar o aumento das notificações registradas no SINAN, mas não identificar, isoladamente, os fatores responsáveis por essa tendência. Essa distinção é importante para evitar interpretações que ultrapassem os limites de um estudo baseado em dados secundários de vigilância epidemiológica.

Em relação à distribuição mensal, observou-se variação no número de notificações ao longo do ano (Figura 1B). Novembro apresentou o maior quantitativo, com 100 registros, correspondentes a 10,05% do total. Maio e julho registraram 91 notificações cada (9,15%), seguidos por agosto, com 89 (8,94%); março, com 87 (8,74%); e abril, com 85 registros (8,54%). Os menores quantitativos informados foram observados em dezembro, com 64 notificações (6,43%); junho, com 68 (6,83%); e fevereiro, com 72 registros (7,24%).

A variação mensal demonstra que as notificações não se distribuíram uniformemente entre os meses. Contudo, a maior frequência observada em novembro não permite, por si só, concluir que exista sazonalidade da violência sexual. Para sustentar essa interpretação, seria necessário avaliar a distribuição mensal ao longo de cada ano e verificar se o padrão se repete de maneira consistente. Além disso, a análise dos registros deve considerar que o mês da notificação pode não corresponder ao mês em que a violência ocorreu. Dessa forma, os resultados mensais contribuem para descrever a distribuição dos registros, mas devem ser interpretados com cautela na formulação de hipóteses sobre períodos de maior ocorrência.

Gráfico 2 – Distribuição das notificações de violência sexual contra pessoas do sexo feminino segundo faixa etária, raça/cor e escolaridade. Montes Claros-MG, 2020-2025



Fonte: Ministério da Saúde/SVSA – Sistema de Informação de Agravos de Notificação SINAN Net.

A análise da faixa etária demonstrou maior concentração de notificações entre meninas e adolescentes, especialmente na faixa de 10 a 14 anos, que reuniu 311 registros, equivalentes a 31,26% do total (Figura 2A). Na faixa de 1 a 4 anos, foram contabilizadas 160 notificações (16,08%), enquanto entre crianças de 5 a 9 anos foram registrados 136 casos (13,67%). Entre adolescentes de 15 a 19 anos, foram identificadas 133 notificações (13,37%), e, na faixa de 20 a 29 anos, 131 registros (13,17%).

Nas faixas etárias mais elevadas, foram registrados 65 casos entre pessoas de 30 a 39 anos (6,53%), 32 entre aquelas de 40 a 49 anos (3,22%), 12 entre pessoas de 50 a 59 anos (1,21%) e seis entre pessoas com 60 anos ou mais (0,60%). Os resultados indicam que as notificações se concentraram principalmente nas faixas etárias mais jovens, com destaque para o grupo de 10 a 14 anos.

A concentração de notificações entre crianças e adolescentes constitui um achado relevante para a organização das ações de prevenção, identificação e assistência às vítimas. Esse resultado destaca a necessidade de estratégias adequadas às diferentes etapas do desenvolvimento, considerando a vulnerabilidade desse grupo e a importância de reconhecer sinais de violência durante o atendimento nos serviços de saúde. A atuação dos profissionais deve incluir acolhimento, escuta qualificada, avaliação das necessidades de proteção e encaminhamento à rede de atendimento, respeitando os direitos e as particularidades de cada vítima.

Além disso, a articulação entre saúde, educação, assistência social e demais serviços da rede de proteção pode favorecer a identificação de situações suspeitas e a continuidade do acompanhamento. A concentração de notificações entre meninas de 10 a 14 anos reforça a importância de direcionar ações preventivas a crianças e adolescentes, sem desconsiderar as demais faixas etárias. Esse achado deve ser interpretado em conjunto com a literatura sobre a violência sexual nessa população, conforme discutido por Viana et al. (2022) e Pinto et al. (2023), desde que as publicações consultadas efetivamente sustentem essa comparação.

Quanto à variável raça/cor, predominaram as notificações referentes a vítimas pardas, com 572 registros, correspondentes a 57,49% do total (Figura 2B). A categoria ignorada ou em branco reuniu 298 notificações (29,95%), constituindo a segunda maior frequência. Foram registrados 67 casos envolvendo vítimas brancas (6,73%), 49 envolvendo vítimas pretas (4,92%), sete envolvendo vítimas indígenas (0,70%) e dois envolvendo vítimas amarelas (0,20%).

Considerando conjuntamente as categorias preta e parda, foram identificadas 621 notificações, equivalentes a 62,41% do total informado. Embora os registros indiquem maior

frequência de notificações entre vítimas pardas, a interpretação desse resultado exige cautela, principalmente diante da proporção de informações ignoradas ou em branco. A frequência absoluta de notificações não permite concluir, isoladamente, que determinado grupo populacional apresente maior risco de sofrer violência sexual. Para avaliar diferenças de risco, seria necessário considerar a composição da população, denominadores adequados e possíveis diferenças de acesso aos serviços e de identificação dos casos.

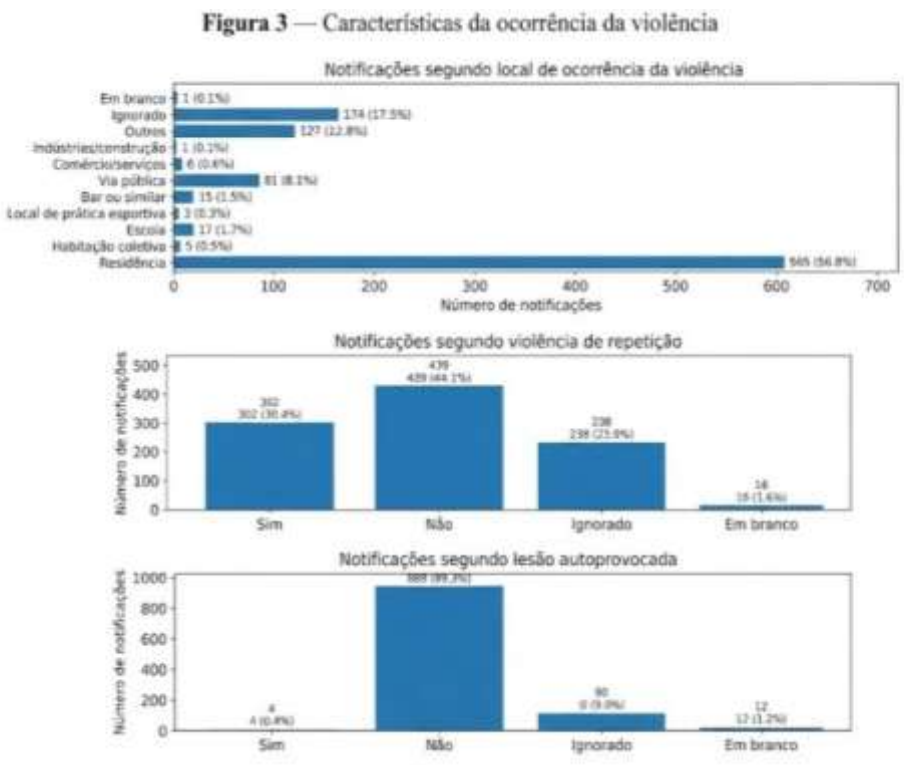
A quantidade de dados ausentes limita, portanto, a caracterização sociodemográfica das vítimas e pode dificultar comparações entre grupos. Esse aspecto evidencia a importância do preenchimento adequado das fichas de notificação, especialmente das variáveis que possibilitam investigar desigualdades sociais e orientar ações de prevenção. A melhoria da completude dos dados pode ampliar a capacidade de vigilância e contribuir para que o planejamento das políticas públicas considere de forma mais precisa as características da população atendida.

Em relação à escolaridade, observou-se elevada frequência de informações ignoradas ou em branco, que totalizaram 514 notificações (51,66%) (Figura 2C). A categoria "não se aplica" reuniu 227 registros (22,81%), possivelmente relacionada à presença de vítimas em faixas etárias nas quais a escolaridade não se aplica da mesma forma que para pessoas mais velhas. Essa possibilidade, contudo, deve ser interpretada considerando os critérios de preenchimento adotados pelo sistema.

Entre as categorias de escolaridade informadas, a maior frequência foi observada na faixa de 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental, com 74 registros (7,44%). Em seguida, apareceram ensino médio incompleto, com 43 notificações (4,32%); ensino médio completo, com 42 (4,22%); ensino fundamental completo, com 28 (2,81%); educação superior incompleta, com 19 (1,91%); 4ª série completa do ensino fundamental, com 17 (1,71%); 1ª a 4ª série incompleta do ensino fundamental, com 14 (1,41%); educação superior completa, também com 14 (1,41%); e categoria analfabeta, com três registros (0,30%).

A elevada proporção de informações ausentes impede uma descrição abrangente do perfil de escolaridade das vítimas. Além disso, a presença de crianças pequenas no conjunto analisado exige cautela ao interpretar categorias de escolaridade, pois a etapa educacional depende da idade e da trajetória escolar de cada pessoa. Dessa maneira, não é possível estabelecer uma relação entre escolaridade e ocorrência da violência apenas com as frequências apresentadas. O principal achado relacionado a essa variável é a limitação decorrente da incompletude dos registros, o que reforça a necessidade de qualificar o preenchimento das fichas e aprimorar a utilização dos dados epidemiológicos no planejamento das ações de prevenção e assistência

Gráfico 3 – Características da ocorrência: Local e outras variáveis relevantes. Montes Claros-MG, 2020-2025



Fonte: Ministério da Saúde/SVSA – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net.

A residência foi o local de ocorrência mais frequentemente registrado, com 565 notificações, correspondentes a 56,78% do total (Figura 3A). A categoria ignorado reuniu 174 registros (17,49%), seguida por outros locais, com 127 notificações (12,76%), e via pública, com 81 registros (8,14%).

Também foram identificadas notificações referentes a ocorrências em escola, com 17 casos (1,71%); bar ou similar, com 15 (1,51%); comércio ou serviços, com seis (0,60%); habitação coletiva, com cinco (0,50%); local de prática esportiva, com três (0,30%); indústria ou construção, com um registro (0,10%); e um registro em branco (0,10%).

A predominância da residência como local informado demonstra a relevância do ambiente doméstico na análise das notificações de violência sexual. Esse resultado reforça que as ações de prevenção e proteção precisam considerar os diferentes contextos de convivência, não se restringindo aos espaços públicos. Também destaca a importância de os profissionais de saúde estarem preparados para acolher as vítimas, identificar possíveis sinais de violência e realizar os encaminhamentos necessários, respeitando a segurança e as necessidades individuais de cada pessoa.

Entretanto, o local de ocorrência, isoladamente, não permite determinar as circunstâncias da violência nem estabelecer uma relação direta com o vínculo entre a vítima e o provável autor. A proporção de registros ignorados também limita a caracterização desse aspecto. Portanto, os achados devem ser compreendidos como descrição dos locais informados no sistema, reforçando a importância da qualidade do registro e da análise conjunta das variáveis disponíveis. Essa interpretação pode ser relacionada às discussões apresentadas por Delziovo et al. (2018) e Truy lio e Daronco (2022), após a conferência das referências e da pertinência de suas conclusões para o presente estudo.

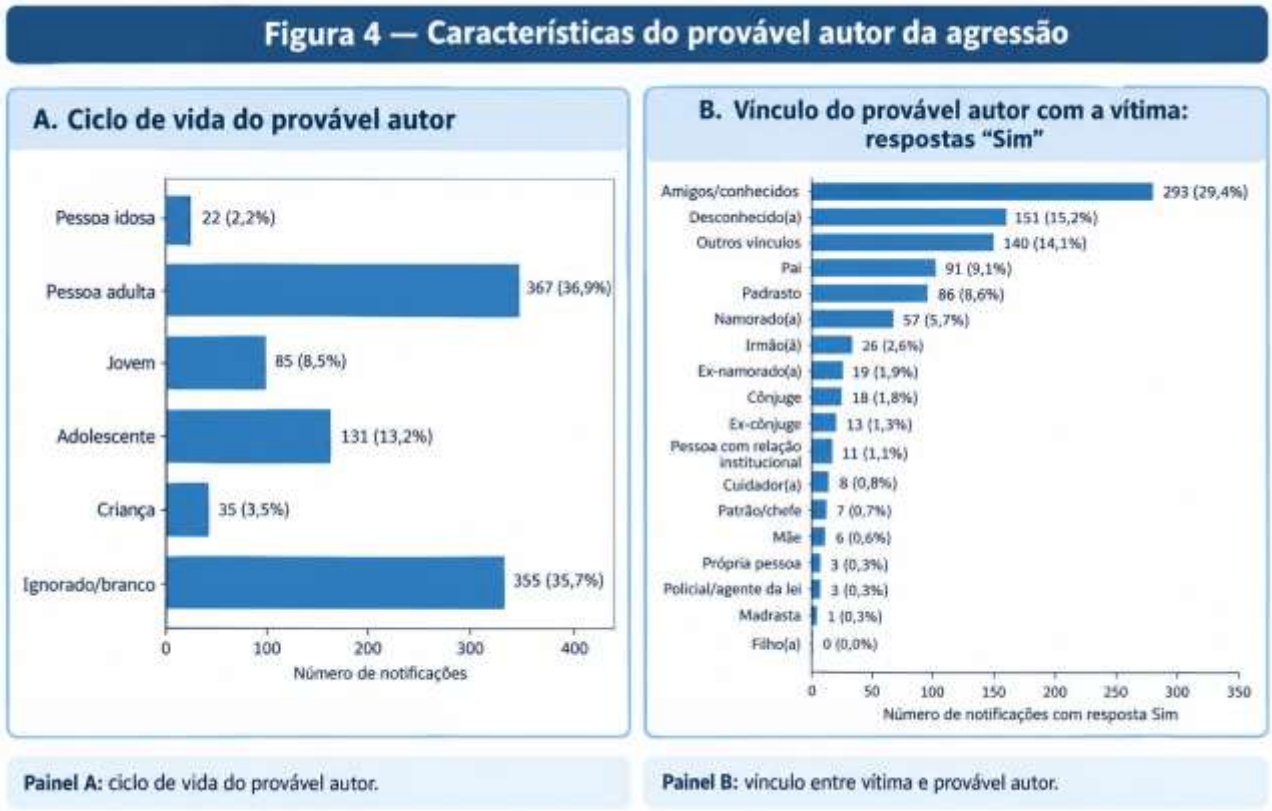
No que se refere à violência de repetição, foram identificadas 302 notificações em que a recorrência foi assinalada, correspondendo a 30,35% do total (Figura 3B). Em 439 registros (44,12%), a resposta indicou que a violência não era de repetição. Além disso, 238 notificações (23,92%) foram classificadas como ignoradas e 16 (1,61%) estavam em branco.

A presença de notificações que indicam repetição da violência é relevante para a organização do acolhimento e da assistência. Situações recorrentes podem exigir atenção específica às necessidades de proteção, acompanhamento e encaminhamento, de modo a reduzir a possibilidade de continuidade da exposição à violência. No entanto, os registros disponíveis não permitem identificar, por si só, o número exato de episódios sofridos por cada vítima nem as circunstâncias em que ocorreram. Além disso, a proporção de informações ignoradas ou ausentes limita a compreensão da recorrência no conjunto analisado. Dessa forma, o resultado deve ser utilizado para destacar a importância da avaliação individualizada e do preenchimento adequado dessa variável, sem extrapolar o que os dados permitem afirmar.

Quanto à lesão autoprovocada, a resposta “não” foi registrada em 889 notificações, correspondentes a 89,35% do total. A resposta “sim” apareceu em quatro registros (0,40%). Foram identificadas ainda 90 notificações ignoradas (9,05%) e 12 em branco (1,21%) (Figura 3C).

Os resultados demonstram predomínio da resposta negativa entre as notificações analisadas. Entretanto, a baixa frequência de respostas afirmativas e a presença de informações ignoradas ou ausentes exigem cautela. Esses dados descrevem as respostas registradas no SINAN, mas não permitem concluir que não existam outras necessidades de saúde física ou mental entre as vítimas. Assim, o atendimento deve considerar a avaliação integral de cada pessoa, sem restringir a identificação de necessidades psicossociais às informações preenchidas na ficha. A variável deve ser interpretada como parte do perfil registrado, e não como medida completa das consequências da violência sexual

Gráfico 4 – Distribuição das notificações de violência sexual contra mulheres segundo ciclo de vida do provável autor da agressão e vínculo com a vítima Montes Claros-MG, 2020-2025



Fonte: Ministério da Saúde/SVSA – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net.

Na análise do ciclo de vida do provável autor da agressão, a categoria adulto apresentou a maior frequência, com 367 notificações, correspondentes a 36,88% do total (Figura 4A). A categoria ignorado ou em branco reuniu 355 registros (35,68%), evidenciando proporção expressiva de informações ausentes. Os autores classificados como adolescentes corresponderam a 131 notificações (13,17%), seguidos por jovens, com 85 registros (8,54%); crianças, com 35 (3,52%); e pessoas idosas, com 22 notificações (2,21%).

A categoria adulto apresentou a maior frequência entre os registros classificados, mas a proporção de informações ignoradas ou em branco limita a descrição do ciclo de vida do provável autor. Dessa forma, os resultados não permitem caracterizar integralmente esse perfil nem estabelecer conclusões sobre a distribuição de todos os autores envolvidos nos casos notificados. A qualificação dos registros é importante para ampliar a compreensão epidemiológica da violência sexual e subsidiar estratégias de prevenção e enfrentamento. Ressalta-se, ainda, que a classificação apresentada corresponde à informação registrada sobre o provável autor, não devendo ser interpretada como comprovação judicial de autoria.

Quanto ao vínculo entre a vítima e o provável autor da agressão, amigos ou conhecidos constituíram a categoria com maior frequência de marcações positivas, totalizando 293 registros (29,45%) (Figura 4B). Em seguida, foram identificadas as categorias desconhecido(a), com 151 marcações (15,18%); outros vínculos, com 140 (14,07%); pai, com 91 (9,15%); padrasto, com 86 (8,64%); e namorado(a), com 57 registros (5,73%).

Entre as demais categorias, foram registradas 26 marcações para irmão(ã) (2,61%); 19 para ex-namorado(a) (1,91%); 18 para cônjuge (1,81%); 13 para ex-cônjuge (1,31%); 11 para pessoa com relação institucional (1,11%); oito para cuidador(a) (0,80%); sete para patrão ou chefe (0,70%); e seis para mãe (0,60%). As categorias madrasta, policial ou agente da lei e própria pessoa apresentaram três marcações cada (0,30%). Não foram identificadas marcações positivas para a categoria filho(a).

É importante destacar que os campos referentes ao vínculo entre a vítima e o provável autor podem permitir mais de uma marcação por notificação. Dessa forma, as frequências apresentadas correspondem às marcações registradas em cada categoria e não devem ser somadas como se fossem categorias mutuamente exclusivas. A maior frequência de amigos ou conhecidos, acompanhada de marcações relacionadas a familiares e parceiros, demonstra a importância de considerar diferentes tipos de vínculo na análise da violência sexual.

A presença de diferentes vínculos evidencia que a interpretação dos casos não deve se limitar à distinção entre pessoas conhecidas e desconhecidas. As informações sobre o relacionamento entre vítima e provável autor podem contribuir para compreender os contextos em que a violência é registrada e para orientar o acolhimento e a avaliação das necessidades de proteção. Contudo, as frequências observadas não permitem, isoladamente, explicar as circunstâncias de cada ocorrência ou determinar fatores causais. A proporção de informações ausentes no ciclo de vida do provável autor também deve ser considerada ao interpretar os resultados. Nesse sentido, o preenchimento adequado dos campos relacionados à autoria provável e ao vínculo com a vítima é fundamental para qualificar as análises e apoiar a organização dos serviços.

De modo transversal, a incompletude das informações constitui uma limitação importante deste estudo. A proporção de dados ignorados ou em branco foi expressiva em variáveis como raça/cor, escolaridade e ciclo de vida do provável autor, além de estar presente nos registros de local de ocorrência e violência de repetição. Essas lacunas restringem a caracterização de determinados aspectos da violência sexual, dificultam comparações entre grupos e podem limitar a utilização das notificações para o planejamento de ações específicas.

Por isso, os resultados devem ser interpretados considerando a qualidade e a disponibilidade das informações registradas.

A qualificação do preenchimento das fichas do SINAN, a capacitação dos profissionais e o acompanhamento da completude das variáveis são medidas relevantes para fortalecer a vigilância epidemiológica. A articulação entre os serviços de saúde e a rede de proteção também é essencial para favorecer o acolhimento, o encaminhamento e a continuidade da assistência às vítimas. O monitoramento contínuo das notificações pode contribuir para identificar características dos casos registrados e orientar respostas dos serviços, desde que as análises considerem as limitações inerentes aos dados disponíveis, conforme discutido por Vasconcelos et al. (2024) e Pinto et al. (2023), após a verificação da correspondência entre essas publicações e as afirmações apresentadas.

Em síntese, as notificações de violência sexual envolvendo pessoas do sexo feminino em Montes Claros-MG, entre 2020 e 2025, apresentaram crescimento ao longo da série anual e maior concentração nas faixas etárias mais jovens, especialmente entre meninas de 10 a 14 anos. Na variável raça/cor, predominaram os registros referentes a vítimas pardas, embora a quantidade de informações ignoradas limite a interpretação desse achado. A residência foi o local de ocorrência mais frequentemente informado, e parte importante das notificações apresentou indicação de violência de repetição. Amigos ou conhecidos constituíram a categoria de vínculo com maior frequência de marcações positivas para o provável autor.

Em conjunto, os resultados demonstram a relevância das notificações para a caracterização epidemiológica da violência sexual no município, ao mesmo tempo que evidenciam limitações relacionadas à incompletude de algumas variáveis. O estudo não permite estimar a totalidade dos episódios ocorridos na população nem estabelecer relações causais, mas oferece informações sobre os casos registrados no período analisado. Dessa forma, o aprimoramento da qualidade dos registros, associado ao fortalecimento das ações de prevenção, acolhimento e proteção, constitui um aspecto importante para qualificar a vigilância e subsidiar o planejamento da assistência às vítimas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise identificou 995 notificações de violência sexual envolvendo pessoas do sexo feminino em Montes Claros, entre 2020 e 2025, com aumento de 52,59% entre 2020 e 2025. Predominaram registros referentes à faixa de 10 a 14 anos, pessoas pardas e ocorrência na residência. Pessoas com menos de 20 anos representaram 75,28% das notificações, e 30,35% dos

registros indicaram violência de repetição. Amigos ou conhecidos constituíram o vínculo mais frequentemente assinalado entre os disponíveis.

Os achados reforçam a necessidade de fortalecer estratégias de prevenção e proteção de crianças e adolescentes, ampliar a capacidade de acolhimento e encaminhamento e articular os setores de saúde, assistência social, educação, segurança pública e justiça. Também evidenciam a importância de qualificar o preenchimento das fichas do SINAN, especialmente nas variáveis com elevada proporção de campos ignorados ou em branco.

Para a assistência farmacêutica, destaca-se a contribuição potencial das farmácias como locais de acolhimento inicial, informação e encaminhamento seguro, sem substituir o atendimento especializado. Recomenda-se que estudos futuros aprofundem a análise temporal e a qualidade das notificações, bem como avaliem os fluxos locais de atendimento e a articulação da rede de proteção. As conclusões devem ser interpretadas considerando as limitações dos dados secundários e a possibilidade de atualização das informações.

REFERÊNCIAS

BARROS, Alcina Juliana Soares; SILVA, Antônio Geraldo da; TELLES, Lisieux Elaine de Borba; VALENÇA, Alexandre Martins. A notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher, segundo a Lei nº 10.778, de 24/11/2003, tem sido feita por psiquiatras? Debates em Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1-6, 2022. DOI: https://doi.org/10.25118/2763-9037.2022.v12.299.

BEZERRA, Juliana da Fonseca; LARA, Sonia Regina Godinho de; NASCIMENTO, Juliana Luporini do; BARBIERI, Marcia. Assistência à mulher frente à violência sexual e políticas públicas de saúde: revisão integrativa. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, Fortaleza, v. 31, n. 1, p. 1-12, 2018. DOI: https://doi.org/10.5020/18061230.2018.6544.

BORUMANDNIA, Nasrin; KHADEMBASHI, Naghmeh; TABATABAEI, Mohammad; ALAVI MAJD, Hamid. The prevalence rate of sexual violence worldwide: a trend analysis. BMC Public Health, London, v. 20, n. 1, p. 1835, 2020. DOI: https://doi.org/10.1186/s12889-020-09926-5.

BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Brasília, DF: Presidência da República, 2013.

BRASIL. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. TABNET/DATASUS: violência interpessoal/autoprovocada – Brasil. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026.

CLAROS. Prefeitura Municipal. Escudo Rosa: Prefeitura de Montes Claros cria escudo de proteção para as mulheres vítimas de violência. Montes Claros: Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2025.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Minas de superação: CRF-MG recebe selo do TJMG por projeto que beneficia a sociedade. Brasília, DF: CFF, 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Campanha Sinal Vermelho. Brasília, DF: CNJ, 2024.

DELZIOVO, Carmen Regina; COELHO, Elza Berger Salema; D'ORSI, Eleonora; LINDNER, Sheila Rubia. Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1687-1696, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.20112016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELO, Andressa Boza de; LOURENÇO, Rafaela Gessner; OLIVEIRA, Vanessa Bertoglio Comassetto Antunes de; SANTOS, Thammy Novakovski dos. Atenção à saúde das mulheres em situação de violência sexual: revisão integrativa. Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 98, n. 4, e024407, 2024. DOI: https://doi.org/10.31011/reaid-2024-v.98-n.4-art.2376.

MELO, Cristiane Magalhães de; SOARES, Marcela Quaresma; BEVILACQUA, Paula Dias. Violência sexual: avaliação dos casos e da atenção às mulheres em unidades de saúde especializadas e não especializadas. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 9, p. 3715-3728, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232022279.07242022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Governo reforça atendimento humanizado e integral em casos de violência sexual. Belo Horizonte: SES-MG, 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Violence against women. Geneva: World Health Organization, 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Violência contra as mulheres. Washington, DC: OPAS/OMS, [s. d.].

PINTO, Isabella Vitral; PIMENTA, Iracy Silva; ALVES, Maria Bevilacqua; SANTOS, Ana Pereira dos; MELO, Cristiane Magalhães de; EVANGELISTA, Janete Gonçalves; LACERDA, Kate Aparecida Rocha; BEVILACQUA, Paula Dias. Estudo descritivo dos casos notificados de violência sexual e dos serviços de atendimento especializado em Minas Gerais, 2019. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, DF, v. 32, n. 2, e2022907, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/S2237-96222023000300002.pt.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. Conselho de Farmácia lança programa com apoio do TJMG. Belo Horizonte: TJMG, 2021.

TRUYLIO, Laura; DARONCO, Alexandre. Perfil epidemiológico de mulheres vítimas de violência sexual em um centro especializado em doenças infecto-parasitárias de Cascavel/PR. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 9, e54011932313, 2022. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.32313.

VASCONCELOS, Nádia Machado de; BERNAL, Regina Tomie Ivata; SOUZA, Juliana Bottoni de; BORDONI, Polyanna Helena Coelho; STEIN, Caroline; COLL, Carolina de Vargas Nunes; MURRAY, Joseph; MALTA, Deborah Carvalho. Subnotificação de violência contra as mulheres: uma análise de duas fontes de dados. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 10, e07732023, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320242910.07732023.

VIANA, Vera Alice Oliveira; MADEIRO, Alberto Pereira; MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; RODRIGUES, Malvina Thaís Pacheco. Tendência temporal da violência sexual contra mulheres adolescentes no Brasil, 2011-2018. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 6, p. 2363-2371, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232022276.14992021.

VIEIRA, Ághata Scarlett de Assis; BAPTISTA, Elaine Cristina Coelho; SANTOS, Aline Silva de Assis; OLIVEIRA, Isabela Viana; NASCIMENTO, Mariana Martins Gonzaga do. Violência contra a mulher identificada por profissionais farmacêuticos: um ponto de vista peculiar e estratégico. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 24, 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs3449.